



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME/MG

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao Concurso de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital Nº 01, DE 8 DE OUTUBRO DE 2025**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Assistente Social

BRANCA
6

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O vocábulo “pós-crise” é grafado com hífen devido à formação oriunda de prefixo (pós-). Os demais empregos do hífen se referem a:

- “Peixe-espada”: palavra que designa espécie zoológica;
- “Afro-brasileiro”: o primeiro elemento é uma forma adjetiva; e
- “Mal-humorado”: palavra é composta pelo advérbio “bem” e segundo elemento inicia com “h”.

O vocábulo “contra-argumento” também é formado por prefixo (contra-), contudo, o uso do hífen se deve ao fato de o segundo elemento também começar por vogal idêntica.

Dessa forma, por não apresentar alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 80-81.

BRANCA
7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os dois pontos servem para marcar uma sensível suspensão da voz na melodia de uma frase não concluída. O travessão é utilizado para, além de indicar diálogos, isolar palavras ou frases e destacar enfaticamente a parte final do enunciado. No trecho “[...] *um risco global compartilhado que exige um novo tipo de resposta: gestão de falências, não gestão de crises.*”, tal pontuação foi utilizada para anunciar um esclarecimento do que foi anunciado. No contexto, o travessão poderia ser utilizado, sem prejuízo sintático, para isolar “*gestão de falências, não gestão de crises*”, com o intuito de destacar a parte final do enunciado. Esse recurso não seria válido para os demais trechos, pois:

- Em “[...] *a questão crucial é: chegamos ao ponto sem retorno?*”, os dois-pontos esclarecem qual é a “questão crucial”;
- Em “*Esse relatório revela uma verdade incômoda: muitas regiões estão vivendo além de sua capacidade hídrica, [...]*”, os dois-pontos “revelam uma verdade”, ou seja, também se refere a um esclarecimento que o travessão não pode desempenhar.

Dessa forma, a única alternativa correta é a III – letra B.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 669-670; 682.

Cargo: Auxiliar Administrativo

BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Expressões qualificativas são termos, geralmente adjetivos ou locuções adjetivas, que atribuem qualidades, características, estados ou atributos a substantivos, indicando como algo é. Podem ser especificativas (essenciais para o sentido) ou explicativas (recurso expressivo) e são cruciais para dar cor, detalhe e subjetividade ao texto. As demais afirmativas apresentam incorreções, a saber: a predominância da descrição simboliza a caracterização do ambiente; as ações textuais, através da sequência dos fatos, são encadeadas temporariamente; e os recursos argumentativos expõem explicitamente o ponto de vista do narrador.

BRANCA
5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa correta é: a opção de resposta B, pois o advérbio “aliás” apresenta valor semântico de adição de informação, podendo ser substituído por “ademais”, sem prejuízo semântico. As demais afirmativas apresentam inadequações, a saber: a conjunção “mas” introduz uma ideia de condição, podendo ser substituída pelo “pois”, sem modificação de sentido (opção de resposta A); o conector “e” estabelece relação semântica de consequência e pode ser substituído pelo termo “porquanto”, sem alteração semântica (opção de resposta C); e o termo “quando” se refere

a um momento específico. No contexto, pode ser substituído por “de mais a mais”, sem alteração de sentido (opção de resposta D).

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “com base apenas nessas duas atividades” refere-se exclusivamente ao conjunto de atividades consideradas na análise, e não ao universo de alunos, significando apenas que não devem ser consideradas outras possíveis atividades além das esportivas e artísticas. Da mesma forma, o uso de “e/ou” é empregado em seu sentido lógico inclusivo, indicando que os alunos podem participar de esportes, de atividades artísticas ou de ambas, interpretação que, inclusive, é confirmada pelo próprio dado de que 30% participam simultaneamente das duas modalidades. Assim, não há fundamento para interpretar que todos os alunos participam necessariamente de ao menos uma atividade. Resolvendo o problema: 70% participam de esportes, 50% participam de artes e 30% participam de ambas; portanto, pela fórmula da união de conjuntos, $P(EUA)=70\%+50\%-30\%=90\%$, o que significa que 90% participam de pelo menos uma das duas atividades e, conseqüentemente, 10% não participam de nenhuma delas. Logo, a afirmativa I é falsa, pois quem não participa de esportes corresponde a 30% dos alunos, mas apenas 20% participam exclusivamente de atividades artísticas, restando 10% que não participam de nenhuma; a afirmativa II é verdadeira, pois há alunos que participam apenas de esportes ($70\% - 30\% = 40\%$); e a afirmativa III também é verdadeira, pois existem alunos que não participam de nenhuma das duas atividades (10%). Portanto, estão corretas apenas as afirmativas II e III.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após verificação dos recursos, apresentamos a análise:

O enunciado descreve que, após a implantação de um sistema eletrônico de comunicação interna, ocorreu interpretação equivocada de uma solicitação, o que resultou em atraso na execução de um serviço. Na sequência, informa que o gestor identificou falhas no processo de comunicação organizacional que comprometeram a transmissão e a compreensão da mensagem.

No contexto da comunicação organizacional, conforme modelos clássicos do processo comunicacional (emissor–mensagem–canal–receptor–feedback), problemas de compreensão frequentemente decorrem de falhas na codificação da mensagem, quando o emissor não a formula de maneira suficientemente clara, precisa ou estruturada, possibilitando interpretações distintas por parte do receptor. Assim, mesmo que a mensagem tenha sido recebida, uma formulação inadequada ou pouco clara pelo emissor pode gerar ruídos e interpretações equivocadas, comprometendo a compreensão pretendida.

Dessa forma, a situação descrita é compatível com falha na elaboração da mensagem, isto é, na etapa de emissão/codificação, razão pela qual a alternativa B (Emissor, que não elaborou a mensagem de forma clara e objetiva, gerando ruído na comunicação) representa adequadamente o elemento do processo comunicacional associado ao problema apresentado.

Quanto à alternativa A, embora mencione o receptor, ela afirma que este “interpretou a mensagem, mas não possuía autoridade para executá-la”, elemento que não consta do enunciado e que altera o sentido do problema apresentado, tornando a alternativa incorreta.

As alternativas C e D também são incompatíveis com a situação descrita, pois o enunciado evidencia que o erro ocorreu (o que afasta a hipótese de feedback que tenha evitado o problema) e que a mensagem foi efetivamente transmitida entre os setores (o que afasta falha de canal).

Assim, não há ambiguidade no enunciado, tampouco coexistência de alternativas corretas. O gabarito preliminar permanece mantido na alternativa B.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BERLO, D. K. **O processo de comunicação**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- REGO, F. G. T. **Comunicação empresarial. Comunicação institucional**. 5 ed. São Paulo: Summus, 1986.
- ROBBINS, S.; JUDGE, T. **Comportamento Organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2020.
- SCROFERNEKER, C. M.; AMORIM, L. R. (orgs.) **(Re) leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2017. 1 Recurso on-line (150 p.) – (Série NUPECC ; 21). Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1224.pdf>. Acesso em 12 mar. 2026.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento empregou o conteúdo de Redação Oficial, sendo o tópico principal “identificação do signatário”. Dessa forma, é possível afirmar que, segundo o Manual de Presidência da República, a primeira afirmativa está correta “O nome da autoridade que expede o documento é grafado com letras maiúsculas e sem negrito”, pois “a) nome: nome da autoridade que as expede, grafado em letras maiúsculas, sem negrito. Não se usa linha acima do nome do signatário;”; a segunda afirmativa “O cargo da autoridade que expede o documento é redigido com todas as letras maiúsculas.” está incorreta, pois “b) cargo: cargo da autoridade que expede o documento, redigido apenas com as iniciais maiúsculas. As preposições que liguem as palavras do cargo devem ser grafadas em minúsculas;”; por fim, a última afirmativa “A identificação do signatário deve ser centralizada na página.” também está correta, pois “c) alinhamento: a identificação do signatário deve ser centralizada na página.” Portanto, confirma-se que a alternativa C está correta – V, F, V.

Fonte:

- Manual de Presidência da República. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Pg. 31.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas.

Publique-se,

30 de março de 2026

INSTITUTO CONSULPLAN